

## POLÍTICA +



## ROSANE DE OLIVEIRA

rosane.oliveira@zerohora.com.br  
@rosaneoliveira

Com Paulo Egídio | paulo.egidio@zerohora.com.br

# Impedir a eleição de 2022 seria golpe

Já que o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizem que jamais houve ameaça por parte do primeiro à realização da eleição de 2022, tomemos essas palavras como um compromisso das Forças Armadas de que não darão aval a atos golpistas. Os dois classificaram como mentira a reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, segundo a qual o general teria feito chegar a Lira um aviso de que a realização da eleição estaria condicionada à aprovação do voto impresso. O jornal reafirma a veracidade das informações.

Impedir a eleição de 2022 caso o Congresso confirme a tendência de não aprovar o voto impresso em tempo

hábil seria um golpe rasteiro, semelhante ao que fez Hugo Chávez na Venezuela e que garantiu a continuidade de seu desgoverno com Nicolás Maduro. Registre-se que Chávez ficou no poder até a morte com apoio das Forças Armadas e de uma base política construída a partir do enfraquecimento das instituições, com o aniquilamento da oposição e da imprensa.

Acrescentemos a essas “garantias” a afirmação do vice-presidente da República, o também general Hamilton Mourão, de que “é lógico que vai ter eleição”, mesmo sem o voto impresso:

– Quem é que vai proibir eleição no Brasil? Por favor, gente. Nós não somos república de bananas.

São manifestações importantes, que contrariam declarações do presidente Jair Bolsonaro, de que sem voto impresso não haverá eleições em 2022.

– Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições – disse Bolsonaro a apoiadores, no dia 8 de julho.

Falar em “eleições limpas” como sinônimo de voto impresso significaria dizer que todas as outras foram sujas, incluindo a de 2018, quando Bolsonaro foi eleito. É o que o presidente sustenta, sem provas, há 500 dias. Na sua megalomania, acha que ganhou no primeiro turno uma eleição que tinha 13 concorrentes.

Relembrando, somente Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, se elegeu no

primeiro turno.

Voltando a Braga Netto, no texto escrito em que desmentiu a reportagem do Estadão, o ministro reafirmou a defesa do que chamou de “voto eletrônico auditável”, sinônimo de voto impresso acoplado à urna eletrônica.

Para que se possa cobrar depois, convém guardar a nota divulgada pelo ministro da Defesa. Um dos trechos diz: “O Ministério da Defesa reitera que as Forças Armadas atuam e sempre atuarão dentro dos limites previstos na Constituição”.

**GZH**

Leia outras colunas em [gauchazh.com/rosanedeoliveira](http://gauchazh.com/rosanedeoliveira)

## Orgulho em ser do centrão

Não contente em nomear o senador Ciro Nogueira (PP-PI) para a chefia da Casa Civil, o presidente Jair Bolsonaro declarou-se, ontem, em entrevista, um membro do centrão. Na linha “esqueçam o que eu e o general Augusto Heleno afirmamos no passado”, disse que o termo centrão é pejorativo:

– O centrão é um nome pejorativo. Eu sou do centrão. Eu fui do PP metade do meu tempo.

O centrão só teria passado a ser visto como “algo danoso à nação” quando os partidos que o integram apoiaram o tucano Geraldo Alckmin.

– Não tem nada a ver. Eu nasci de lá – gabou-se.

**COM A IDA DE CIRO NOGUEIRA PARA O MINISTÉRIO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO, O SENADOR GAÚCHO LUIS CARLOS HEINZE, DO PP, ASSUMIRÁ VAGA DE TITULAR NA CPI DA COVID. EMBORA SEJA UM DOS MAIS ATUANTES NA DEFESA DO GOVERNO, HEINZE AINDA PARTICIPA DA COMISSÃO NA CONDIÇÃO DE SUPLENTE.**

## Alegria nas filas e alívio nos lares



O nome da Unidade de Saúde – Tristeza – (na foto acima) contrasta com o sentimento das famílias de jovens com doenças graves que, enfim, puderam se vacinar em Porto Alegre. Nas filas e nos lares, a alegria mistura-se à sensação de alívio.

Ontem, foram os jovens de 16 e 17 anos. Hoje, a vacinação na Capital será ampliada para adolescentes com 12 anos ou mais que sofrem de obesidade grave, doenças pulmonares severas, cardiopatias, diabetes

e problemas neurológicos, entre outras enfermidades.

Foram meses de luta e de expectativa para pais e mães de adolescentes com doenças crônicas. Embora desde o início a vacina da Pfizer estivesse autorizada para aplicação a partir dos 16 anos, por razões que só a burocracia explica, o Plano Nacional de Imunizações (PNI) estabeleceu 18 anos como idade mínima para a vacinação de pessoas doentes.

Não era razoável discriminar os menores de 18 anos, que

precisam frequentar a escola e correm tanto risco quanto os adultos.

Com a autorização da Anvisa para utilização do imunizante da Pfizer a partir dos 12 anos, em junho, o leque se ampliou.

Por sua conta e risco, alguns governadores e prefeitos subverteram a orientação nacional e começaram a vacinar antes, mas no Rio Grande do Sul a imunização desse público só está começando agora. Nos próximos dias será estendida a todos os 497 municípios.

## Capital rejeita passaporte

Em nota emitida ontem, a prefeitura de Porto Alegre garantiu que não exigirá a obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19 nem aplicará punição para quem não se vacine. Na prática, o comunicado desautoriza a equipe da Secretaria da Saúde, que planejava adotar o uso de um passaporte vacinal quando o município atingisse 70% da população imunizada.

A ideia de criar o passaporte foi revelada na semana passada pelo diretor da Vigilância em Saúde, Fernando Ritter. O assunto voltou à tona ontem quando o secretário da Saúde, Mauro Sparta, declarou, em entrevistas, que o passaporte seria um incentivo para que as pessoas completem o ciclo de vacinação.

## ALIÁS

É lamentável que o prefeito Sebastião Melo tenha abortado a ideia de um passaporte vacinal em Porto Alegre, como o adotado em países europeus para frequentar eventos como shows ou competições esportivas. Não se trata de afronta ao direito individual de não querer se vacinar, mas de proteção coletiva da população.

## Bosco só trocou de cargo, diz Melo

Exonerado da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio e nomeado para um cargo em comissão no gabinete do prefeito Sebastião Melo, o ex-vereador João Bosco Vaz, primeiro suplente da bancada do PDT, vai atuar junto à organização das comemorações dos 250 anos de Porto Alegre.

O prefeito disse à coluna que Bosco “apenas mudou de lugar no governo”.

A assessoria de Comunicação da prefeitura sustenta que a saída de Bosco da Secretaria de Administração “foi uma decisão interna e não está ligada à relação dele com o secretário André Barbosa”, que pediu a substituição, insatisfeito com o desempenho do assessor.